

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Inflação alta e benefícios menores põem contas públicas no azul em 2021 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas fecham no azul em R\$ 64,7 bi, 1º saldo positivo após 7 anos 6

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS poderá bloquear benefício por falta de prova de vida neste mês 8

PORTAL UOL - COLUNA
SEGURIDADE SOCIAL

Abusos e 32 anos de escravidão: doméstica é resgatada de casa de pastor 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

A melhora das contas em 2021 (Editorial) 12

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CAPA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Protesto de auditores fiscais atrasa liberação de cargas em Viracopos 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Subprocurador recua e pede que TCU archive apuração contra Sérgio Moro 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro não cometeu crime de prevaricação no caso Covaxin, conclui PF 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Dívida cai, mas contas são ruins - PANORAMA ECONÔMICO 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo ressuscita debate sobre fim do IPI 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pessimismo para 2022 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor elétrico é sócio da desigualdade (Artigo) 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro joga para Congresso decisão sobre combustíveis 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BB empresta R\$ 775 milhões a entes federativos sem garantia 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PF mira identificação de patrimônio oculto de grandes devedores da União 27

Terça-Feira, 1 de Fevereiro de 2022

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apesar de recuo, taxa de desemprego continua alta (Editorial) 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Superávit do setor público desaponta em dezembro 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

ECONOMIA

Vacinação permite geração de empregos 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS

ECONOMIA

BC: queda na dívida pública 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

ECONOMIA

Projeções para IPCA de 2022 ficam mais distantes da meta 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS

ECONOMIA

Retomada da América Latina perde fôlego, diz FMI 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS

ECONOMIA

"Em 2023, vamos ter carro elétrico compartilhado" 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS

ECONOMIA

Captações externas caem pela metade em janeiro com cenário de juros nos EUA - COLUNA
BROADCAST

..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

ECONOMIA

Juro em alta deve minguar oferta de crédito neste ano (Editorial) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS

ECONOMIA

Dólar desce para R\$ 5,30, menor nível em 4 meses 42

Inflação alta e benefícios menores põem contas públicas no azul em 2021



Eduardo Cuccolo

As quedas nas despesas com Previdência, pessoal e auxílio emergencial, somadas ao aumento das receitas com a alta da **inflação** e os dividendos de estatais, levaram as contas públicas a registrar em 2021 o primeiro resultado positivo em oito anos. Essa conjunção de fatores, porém, não deve se repetir em 2022, quando os números devem voltar ao vermelho, como projeta o próprio governo federal.

No ano passado, as receitas de União, estados e municípios superaram as despesas em R\$ 64,7 bilhões ou 0,75% do **PIB**, considerando o resultado primário -antes do pagamento dos juros da dívida.

O resultado positivo foi obra de estados, municípios e empresas estatais em todos os níveis de governo. A União fechou o ano com déficit, embora tenha sido o menor desde 2014.

A dívida bruta recuou de quase 88,6% do **PIB** em 2020 para 80,3%, influenciada pelo efeito da **inflação** sobre o **PIB** nominal. A tendência para os próximos anos é de alta da dívida.

Em momentos de aceleração da **inflação**, as contas públicas costumam melhorar, pois as receitas acompanham o aumento dos preços, enquanto as grandes despesas ficam congeladas durante todo o ano. Isso foi visto, por exemplo, com a Previdência e a despesa com pessoal.

Embora o desembolso menor com o auxílio emergencial tenha sido fundamental para a queda do gasto público em relação a 2020, quando a despesa federal foi recorde, chama a atenção a redução na **Previdência Social**, que voltou aos níveis de 2018 (8,2%do **PIB**). Trata-se da primeira queda na principal

despesa primária federal desde a reforma de 2019.

Os números detalhados até novembro mostram que a concessão de novos benefícios caiu pelo segundo ano seguido. Ainda assim, a quantidade total de segurados cresceu. Já o valor total pago pelo **INSS** foi maior em termos nominais, mas menor quando se considera a correção pela **inflação**, que corroeu o poder de compra dos segurados ao longo do ano.

A segunda rubrica de maior peso, a despesa com pessoal, caiu ao menor patamar da série iniciada em 2008 (3,8% do **PIB**). Apenas o gasto com militares na ativa ficou estável no ano passado, enquanto a despesa com civis, inativos e pensionistas recuou. O congelamento dos salários dos servidores ativos civis explica o resultado.

Dados do Tesouro mostram que 79% da despesa federal em 2021 foi destinada ao pagamento de benefícios (previdenciários, pessoal, abono, seguro-desemprego, auxílio emergencial etc.). Outros 15% incluem investimentos e gastos com manutenção da máquina, sendo que metade dessas despesas são obrigatórias -principalmente com saúde-, e a outra metade, de livre alocação para o governo.

A expectativa para os próximos anos é de queda contínua nas despesas, segundo projeções da IFI (Instituição Fiscal Independente).

A despesa total do governo federal em 2021 foi a menor em sete anos (18,6% do **PIB**) e pode seguir em queda nos próximos anos, principalmente pelo aperto cada vez maior na parcela de gastos não obrigatórios, como investimentos e despesas para manutenção da máquina.

O problema é que as receitas também devem cair. Com a contribuição da **inflação** e dos preços mais elevados do petróleo e outras commodities, a receita líquida voltou em 2021 ao nível de 2019 na comparação com o **PIB** (18,2%), com bons resultados tanto de **tributos** como dos gordos dividendos pagos por BNDÉS e Petrobras no ano passado.

Com isso, o resultado na esfera federal (governo central) deve ser deficitário neste e nos próximos dois anos, segundo projeções da pesquisa Focus do Banco Central.

Também é esperado aumento da despesa financeira dos governos. Em um ano de alta de juros e **inflação**, a despesa com a dívida passou de 4,18% para 5,17% do **PIB**, pior resultado em três anos, o que também se mostra um desafio para a administração do endividamento.

Pelo conceito internacional para comparação da dívida, o Brasil ainda está com o maior valor entre países emergentes.

O banco Goldman Sachs diz que houve redução do risco fiscal a curto prazo em razão dos fatores que melhoraram o resultado das contas públicas, mas afirma que o alto nível de endividamento e a expectativa de novo déficit torna o país vulnerável a choques externos e domésticos.

A instituição diz que colocar a dívida em uma tendência de declínio e construir novos amortecedores fiscais, após a mudança no teto de gastos, são os principais desafios para o país nos próximos anos.

A agência de classificação Fitch Ratings diz que o resultado fiscal de 2021 não se repetirá em 2022, devido a um crescimento mais fraco, deterioração no resultado primário e maiores despesas com juros.

A instituição destaca que o desempenho da receita no ano passado foi impulsionado pelo crescimento nominal do **PIB**, preços de commodities elevados e consumo maior de bens (mais tributados) em relação a serviços (menos tributados). Destaca ainda a devolução de empréstimos do BNDES para o Tesouro, o que ajudou a reduzir o endividamento, um impacto de 1,1 ponto do **PIB**.

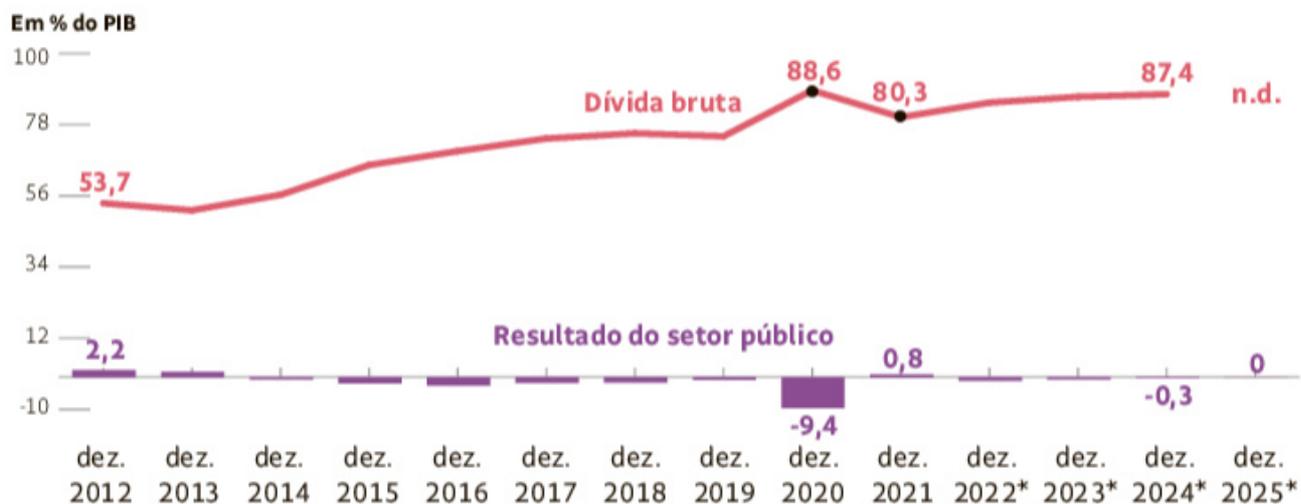
A XP espera um resultado mais fraco para o setor público (déficit de 0,6% do **PIB**) em 2022 e diz que haverá maiores gastos tanto no governo central quanto nos regionais com a mudança no teto de gastos e o ciclo eleitoral.

"Adicionalmente, as receitas terão um menor aumento na margem devido à desinflação dos preços das commodities e à desaceleração da atividade econômica. No entanto, colocamos uma tendência de alta nessas expectativas, uma vez que os preços das commodities permanecem em patamares elevados no início deste ano", afirma Tiago Sbardelotto, economista da XP

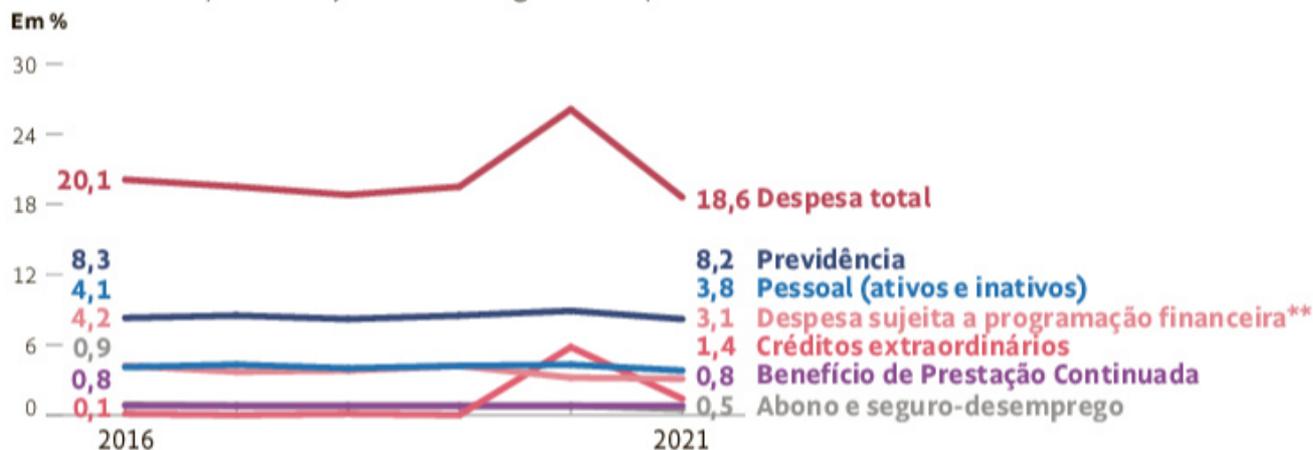
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

Setor público tem primeiro superávit desde 2013



Previdência e pessoal ajudaram a segurar despesa em 2021



*Projeções do Focus para primário e da IFI para dívida **Inclui investimento e manutenção da máquina
 Fontes: Banco Central, IFI (Instituição Fiscal Independente) e Tesouro Nacional

Contas públicas fecham no azul em R\$ 64,7 bi, 1º saldo positivo após 7 anos

THAÍS BARCELLOS

Impulsionado pela **inflação**, pela recuperação econômica e pelo maior consumo de bens e serviços, o setor público consolidado (União, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou superávit em 2021 após sete anos no vermelho.

O resultado positivo foi de R\$ 64,727 bilhões, revertendo parte do recorde negativo de 2020 (R\$ 702,950 bilhões) em meio aos gastos extraordinários na pandemia.

O dado de 2021 é o melhor resultado anual desde 2013 (R\$ 91,306 bilhões). O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O superávit primário consolidado de 2021 ficou abaixo da média das estimativas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que era de R\$ 75,2 bilhões.

O resultado foi composto por um déficit de R\$ 35,872 bilhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**). Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram positivamente com R\$ 97,694 bilhões, o maior saldo da série histórica.

DÍVIDA PÚBLICA. Em paralelo, a dívida pública cedeu após atingir o recorde anual em 2020. Dados do Banco Central mostram que a dívida bruta do governo geral fechou dezembro aos R\$ 6,967 trilhões, o que representa 80,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 88,6% no mesmo período de 2020. No melhor momento da série, em dezembro de 2011, chegou a 51,3% do **PIB**.

Para o economista do banco americano Goldman Sachs Alberto Ramos, o nível elevado da dívida pública deixa a economia vulnerável a choques.

Com a recente fragilização do teto de gastos, o analista vê aumento do risco fiscal.

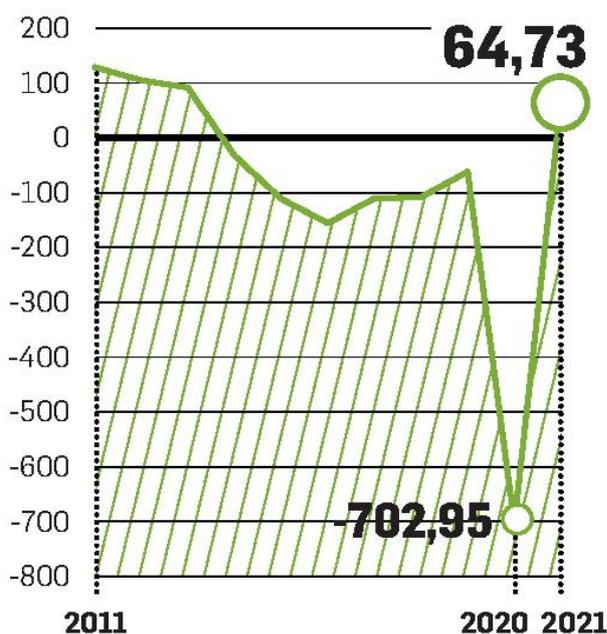
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

NO AZUL

Contas conjuntas do governo federal, de Estados e de municípios, além de estatais, registraram resultado positivo em 2021 após sete anos no vermelho

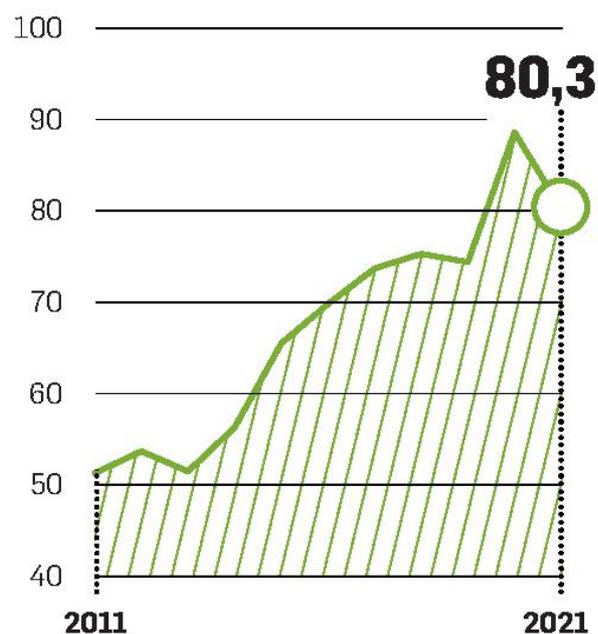
Resultado primário do setor público consolidado

EM BILHÕES DE REAIS



Dívida bruta

EM PORCENTAGEM DO PIB



FONTES: BANCO CENTRAL DO BRASIL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

INSS poderá bloquear benefício por falta de prova de vida neste mês

Economia

**/
Do R7**

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) poderá bloquear a partir deste mês o benefício de quem estiver com o prazo para fazer a prova de vida vencido. O novo calendário prevê bloqueio em fevereiro para aqueles que não fizeram o procedimento com vencimento até dezembro de 2020. Para quem deixar de realizar a prova de vida vencida de janeiro a dezembro de 2021, os valores poderão ser retidos de março a junho deste ano.

Para os demais aposentados e pensionistas, começou a valer em 2022 a prova de vida no mês do aniversário. O bloqueio para esse grupo, caso deixe de fazer o procedimento, começará a partir de julho. A obrigatoriedade da medida estava suspensa por causa da pandemia de coronavírus e foi retomada por alguns períodos do ano passado.

A medida deve ser realizada na própria agência bancária onde o segurado recebe o benefício, apresentando um documento e o cartão do banco. O procedimento também pode ser realizado por meio de biometria facial ou digital, caso o segurado já tenha se cadastrado.

A previsão do **INSS** é que 3 milhões de pessoas façam o procedimento por mês, para completar até o fim do anoos 36 milhões de segurados. Segundo o instituto, a prova de vida prevista em lei é realizada uma vez por ano para evitar fraudes e pagamentos indevidos. O bloqueio do benefício ocorre se o beneficiário não realizar a medida no mês previsto no calendário.

Em caso de benefício bloqueado, para liberar o pagamento, a pessoa precisará ir a agência bancária onde recebe o benefício para fazer o recadastramento. Após 90 dias, caso ninguém compareça, o benefício será cessado.

Para fazer a prova de vida, basta comparecer presencialmente ao banco onde recebe o pagamento. Algumas instituições bancárias oferecem alternativas, como prova de vida pelo caixa eletrônico ou por

aplicativos. O beneficiário deve confirmar as opções disponíveis e o horário de funcionamento junto ao banco, pois alguns oferecem horários diferenciados aos beneficiários do **INSS**.

Nos casos em que o beneficiário esteja impossibilitado de se locomover ou ausente por causa de uma viagem, é possível realizar a prova de vida por procuração. Para isso, o beneficiário deve cadastrar um procurador pelo aplicativo Meu **INSS**.

O serviço de prova de vida por biometria facial está disponível no Meu **INSS** para alguns beneficiários que já possuem carteira de motorista ou título eleitoral com biometria facial cadastrada.

Os beneficiários que podem usar esse serviço são avisados por SMS (pelo número 280-41) ou e-mail. Quem não recebeu nenhum desses comunicados deve fazer a prova de vida como nos anos anteriores.

1) Por que o beneficiário precisa fazer prova de vida?

A prova de vida é um procedimento previsto em lei para evitar fraudes e pagamentos indevidos.

2) Quem deve fazer a prova de vida?

Todas as pessoas que recebem benefício do **INSS**.

3) Recebo uma pensão alimentícia de um beneficiário. Preciso realizar a prova de vida?

Sim. Quando o valor é pago pelo **INSS**, o beneficiário deve realizar a prova de vida.

4) Quando devo realizar a prova de vida do **INSS**?

A partir deste ano, prova de vida deverá ser realizada no mês de aniversário.

5) Vou viajar no meu aniversário. Posso fazer a prova de vida antes?

Sim, o beneficiário poderá realizar a prova de vida no mês anterior ou no mês seguinte para não ter o crédito do seu benefício bloqueado.

Se o beneficiário faz aniversário no mês de setembro, por exemplo, a prova de vida poderá ser feita no

período de agosto a outubro. Caso não realize o procedimento, o bloqueio do crédito ocorrerá nos meses de novembro e dezembro.

6) Não consegui fazer a prova de vida no mês de aniversário e não recebi meu benefício. O que fazer?

Deverá procurar qualquer agência do banco em que recebe o benefício e realizar a prova de vida para que o valor seja liberado na hora.

7) Estou há mais de 3 meses sem receber benefício e o banco não quer pagar os atrasados. Como devo fazer?

O Banco realizará a prova de vida, mas para receber os atrasados, o beneficiário deverá fazer o seguinte procedimento:

- Acessar o Meu-**INSS**
- Fazer login no Meu **INSS** (meu.inss.gov.br)
- Clicar em "Novo Pedido"
- Selecionar o serviço "Solicitar Pagamento de Benefício Não Recebido" (pode começar a digitar o nome do serviço na barra de pesquisa que o sistema já busca)
- Preencher os dados solicitados
- Concluir o requerimento.

8) Tenho mais de 80 anos ou dificuldade de locomoção para comparecer aos Bancos. Como devo proceder?

O beneficiário que tiver mais de 80 anos ou dificuldade de locomoção não precisará ir até o banco. Pode solicitar que um servidor do **INSS** vá até ele ou até mesmo nomear um procurador, mas para isso precisa solicitar um dos seguintes serviços no Meu-**INSS**:

- Solicitar Prova de Vida
- Dificuldade de Locomoção
- Atendimento a distância
- Solicitar Prova de Vida
- Maior de 80 anos
- Atendimento a distância
- Cadastrar ou Renovar Procuração

- Atendimento a distância.

9) Posso realizar a prova de vida pelo Meu **INSS**?

Sim. O beneficiário precisa acessar um dos aplicativos, Meu **INSS** ou Meu Gov.br, e seguir as instruções. Após realizar a prova de vida por biometria facial, o segurado pode consultar o resultado pelo Meu **INSS**.

10) Quem não realizar prova de vida terá que ir na justiça para receber o benefício de novo?

Não. Basta realizar a prova de vida que o benefício será reativado e os atrasados serão pagos atualizados

11) Quem não realizou a prova de vida em 2020 e 2021 pode realizar em 2022?

Sim, os beneficiários devem realizar a prova de vida o mais breve possível para evitar o transtorno de terem seus benefícios bloqueados. Quem não fez a prova de vida terá o benefício bloqueado de forma escalonada.

12) Quantas pessoas devem realizar prova de vida por mês?

Aproximadamente 3 milhões de pessoas, até que no final de dezembro os 36 milhões de beneficiários realizem o procedimento.

Fonte: **INSS**

Site: <http://noticias.r7.com/economia/inss-podera-bloquear-beneficio-por-falta-de-prova-de-vida-nestes-mes-01022022>

Abusos e 32 anos de escravidão: doméstica é resgatada de casa de pastor

Por Leonardo Sakamoto e Piero Locatelli

Uma mulher que trabalhava há 32 anos como empregada doméstica na residência de um pastor foi resgatada em Mossoró (RN). Segundo auditores fiscais do trabalho, ela chegou ao local ainda adolescente, com 16 anos, e sofreu abuso e assédio sexual do empregador. Geraldo Braga da Cunha, da Assembleia de Deus de Mossoró, nega as acusações.

Uma denúncia anônima chegou ao Ministério do Trabalho e Previdência através da conta @trabalhoescravo no Instagram, mantida pelo Instituto Trabalho Digno. Uma equipe do grupo especial de fiscalização móvel, coordenada pela Inspeção do Trabalho em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e a Defensoria Pública da União, foi enviada para verificá-la na semana passada.

Constataram que a vítima era responsável pelos serviços domésticos e recebia em troca moradia, comida, roupa e alguns presentes. Mas nunca teve salário ou conta bancária, nem tirava férias ou interrompia os afazeres nos finais de semana. A fiscalização considerou a ocorrência de trabalho forçado, condições degradantes e jornadas exaustivas.

Famílias pegam meninas para criar, gerando uma relação de exploração. É uma prática comum na região, infelizmente, explica a auditora fiscal do trabalho Gislene Stacholski, que atuou a investigação da denúncia.

O UOL procurou o pastor, apontado como empregador junto com sua família. Chamando a situação de pseudo caso de escravidão doméstica e abuso sexual, seus três advogados assinam nota negando com veemência as acusações. E afirmam que ele está à disposição da Justiça para esclarecimentos que provarão sua inocência.

Para a defesa, a fiscalização levou à imprensa informações manipuladas que interessam apenas a quem acusa, promovendo uma ação midiática em data convenientemente próxima ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo - que foi celebrado no dia 28 de janeiro.

A auditora Marina Cunha Sampaio, que coordenou a ação em Mossoró, afirma que o empregador, a

empregadora e os quatro filhos discordaram da caracterização de trabalho análogo ao de escravo uma vez que, segundo eles, a mulher era tratada como se fosse uma filha desde que chegou à casa.

A família é de baixa renda, como a trabalhadora, e vivia em uma casa humilde. Ela dividia os mesmos espaços com todos até que, na pandemia, o pastor e sua esposa se mudaram para a casa pastoral, na vizinha Açú. Mas voltavam periodicamente para a antiga residência.

A despeito de uma filha também ajudar nas tarefas domésticas, a vítima prestava um serviço diário, cuidando da casa e ajudando na criação dos filhos do casal, afirmou a coordenadora da operação. A trabalhadora desistiu de estudar antes de terminar o primeiro ciclo do ensino fundamental.

De acordo com a fiscalização, o casal nunca cogitou uma adoção formal da filha. O pastor chegou a avaliar, há alguns anos, que fosse pago um salário a ela, o que não aconteceu. Mas recolheram o **INSS** durante algum tempo para evitar problemas com o governo. Dessa forma, facilitaram o reconhecimento do vínculo trabalhista.

Marina Sampaio diz que o pastor confessou que teve um relacionamento consensual com a empregada e que foi dele a iniciativa de procura-la. Em depoimento, a trabalhadora disse que tinha nojo do empregador e que fugia dele na casa.

Ela não teria como consentir ou não com relações sexuais porque estava na situação vulnerável de alguém que é reduzido à condição análoga à de escravo. Consideramos que foram relações de abuso, afirma a coordenadora da ação.

A auditora avalia que a família ficou sabendo que isso ocorria, mas manteve as aparências. A empregadora ainda disse que perdoava a trabalhadora por conta da relação com o marido, ignorando a situação de exploração ao qual ela a submetia.

A defesa do pastor rechaçou o que chama de tentativa de impor condenações sociais antecipadas, baseadas em juízos de valor não submetidos ao crivo do contraditório, e afirma que o assunto será tratado no processo judicial.

Também diz que sob o argumento de sigilo utilizado pelos órgãos de fiscalização, a defesa teve negados o acesso à íntegra dos autos. Reclama que a equivocada versão apresentada, corresponde apenas à visão unilateral dos órgãos de fiscalização que, frustrados com sua tentativa de imposição de um acordo injusto, querem macular a imagem de nosso cliente.

Os salários atrasados e verbas rescisórias foram calculados em cerca de R\$ 88 mil - parte da dívida prescreveu. E o Ministério Público do Trabalho pediu R\$ 200 mil em danos morais individuais para a trabalhadora, valor condizente com a baixa renda da família.

Mas não houve acordo, afirmou a procuradora do Trabalho Cecília Amália Cunha Santos, que fez parte da operação. Por isso, o MPT deve entrar com uma ação civil pública solicitando o pagamento.

Enquanto isso, ela foi para a casa de uma irmã e deve receber três parcelas do seguro-desemprego que é concedido, desde 2003, aos resgatados do trabalho escravo. Também será encaminhada a um centro que trata de violência contra mulheres.

Para a procuradora, no caso da escravidão no trabalho doméstico, o processo de libertação não termina com o resgate, mas começa com ele. Segundo ela, faz-se necessário um acompanhamento no pós-resgate para que as mulheres ressignifiquem o seu papel nos locais que as exploraram. Muitas criam uma grande dependência emocional com as famílias, afirma.

Em outra parte da mesma operação, uma mulher foi resgatada na capital do estado, Natal. Nascida em 1969 e analfabeta, ela estava há cinco anos trabalhando como doméstica e cuidadora para sua empregadora, uma mulher idosa e alcoólatra com problemas de saúde mental.

Permanecia 24 horas à disposição dela, inclusive à noite, dormindo num colchão na cama ao lado da patroa. Descansava apenas a cada 15 dias, trabalhava nos feriados e tirou férias apenas uma vez. Recebia cerca de R\$ 500 por mês.

De acordo com a fiscalização, ela entendia que o péssimo tratamento que recebia, o que incluía gritos e xingamentos, não era correto. Mas se sentia responsável pela saúde da empregadora.

O MPT explica que, neste caso, também não houve acordo para o pagamento de salários atrasados, verbas rescisórias e a indenização por dano moral individual. A trabalhadora voltou para a sua cidade no

interior e o caso também vai para a Justiça.

Em ambos os casos, o Ministério Público Federal deve receber os relatórios para a abertura de ação criminal dos envolvidos.

O Brasil encontrou 1.937 pessoas em situação de escravidão contemporânea em 2021, maior número desde os 2.808 trabalhadores de 2013, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência. O serviço doméstico envolveu 27 vítimas - em 2020, haviam sido apenas três.

Em razão da grande repercussão do resgate da trabalhadora doméstica Madalena Gordiano no final de 2020 em Patos de Minas, o número de denúncias aumentou, o que levou a Inspeção do Trabalho a realizar 49 ações fiscais com o objetivo de verificar possível situação de escravidão contemporânea em ambientes domésticos rurais e urbanos, afirmou o auditor fiscal Maurício Krepsky, chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) das Secretarias de Inspeção do Trabalho.

Desde a década de 1940, o Código Penal Brasileiro prevê a punição a esse crime. A essas formas dá-se o nome de trabalho escravo contemporâneo, escravidão contemporânea, condições análogas às de escravo.

De acordo com o artigo 149 do Código Penal, quatro elementos podem definir escravidão contemporânea por aqui: trabalho forçado (que envolve cerceamento do direito de ir e vir), servidão por dívida (um cativo atrelado a dívidas, muitas vezes fraudulentas), condições degradantes (trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde e a vida) ou jornada exaustiva (levar ao trabalhador ao completo esgotamento dado à intensidade da exploração, também colocando em risco sua saúde e vida).

Mais de 57 mil trabalhadores foram resgatados desde 1995, em fazendas de gado, soja, algodão, café, frutas, erva-mate, batatas, cebola, sisal, na derrubada de mata nativa, na produção de carvão para a siderurgia, na extração de caulim e de minérios, na construção civil, em oficinas de costura, em bordéis, entre outras atividades.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/02/01/abusos-e-32-anos-de-escravidao-domestica-e-resgatada-de-casa-de-pastor.htm>

A melhora das contas em 2021 (Editorial)

Com superávit de R\$ 64,73 bilhões em 2021, equivalente a 0,75% do Produto Interno Bruto (**PIB**), pela primeira vez em oito anos o setor público brasileiro fechou as contas com resultado primário positivo. O último resultado em azul, o de 2013, correspondeu a 1,71% do **PIB**. O saldo primário é a diferença entre receitas e despesas sem inclusão dos juros. O superávit do ano passado foi garantido por Estados e municípios, porque o resultado primário do governo central foi um déficit de R\$ 35,87 bilhões. O governo central inclui o Tesouro Nacional, o Banco Central (BC) e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Como ocorre quase sempre, o saldo positivo acumulado pela dupla Tesouro-BC foi engolido pelo déficit do **INSS**, um buraco de R\$ 247,34 bilhões. Os dados consolidados são do BC.

Como era previsível, o governo central teve resultado muito melhor que o de 2020, primeiro ano da pandemia, quando o déficit primário chegou a R\$ 745,27 bilhões. Naquele ano, o **PIB** encolheu 3,9%. Isso bastaria para devastar a arrecadação de **impostos** e contribuições. Mas a administração central adiou o recolhimento de **tributos** e executou programas de sustentação do emprego e de ajuda aos trabalhadores mais vulneráveis.

Em 2021 a economia voltou a movimentar-se e, ao mesmo tempo, facilidades concedidas em 2020 foram retiradas e **tributos** adiados foram recolhidos.

A equipe econômica tende a ressaltar a reativação econômica e a disciplina fiscal como fatores de recuperação das contas públicas. Mas uma explicação mais precisa mencionará também a **inflação** e alta do dólar. Afetando os preços, esses fatores produziram efeitos semelhantes aos de uma ampliação da base tributável.

Ao calcular a variação real da receita, funcionários do Tesouro tomam como referência, normalmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O crescimento "real" da arrecadação, em 2021, fica menos notável, no entanto, quando se leva em conta a variação dos preços por atacado, como sugeriu Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente. No atacado, a influência do dólar e do mercado internacional (especialmente em preços de produtos agrícolas e minerais) é mais facilmente perceptível.

Com **inflação**, dólar caro, corte de benefícios tributários, algum crescimento econômico e algum

esforço de contenção, a equipe do Ministério da Economia conseguiu, enfim, fortalecer as contas federais em 2021. A contribuição dos governos estaduais e municipais é bem clara no balanço final.

Somadas despesas com juros, chega-se ao resultado "nominal" das contas consolidadas, um déficit de R\$ 383,66 bilhões, 4,42% do **PIB**. Em 2020 essa relação havia sido de 13,60%. Antes da pandemia esse indicador já era ruim - 7,77% em 2017, 6,96% em 2018 e 5,81% em 2019. Economistas do mercado apostam em sensível deterioração fiscal em 2022, por causa de gastos motivados por interesses eleitorais. Essa expectativa dificilmente deixará de ser confirmada, se isso depender do presidente Jair Bolsonaro e do Centrão.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Protesto de auditores fiscais atrasa liberação de cargas em Viracopos

Edimarcio Monteiro

A operação padrão dos auditores fiscais da **Receita Federal** já afeta as operações no Aeroporto Internacional de Viracopos, o maior em movimento de cargas do País. O tempo de liberação de processos de exportação e importação - que levava em torno de dois dias - agora chega a 15 dias, 7,5 vezes a mais, disse ontem o presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (Sindasp), Elson Isayama. De acordo com ele, a operação padrão já afeta cerca de 560 processos de importação em análise em Viracopos.

O terminal processou aproximadamente 364 mil toneladas de carga no ano passado, recorde histórico que representou aumento de 39% em relação a 2020. Ou seja, uma média de 30 mil toneladas por mês. A demora na análise dos processos afeta as empresas que dependem das importações para manter o fluxo de produção e as que fazem as exportações por meio de Viracopos.

Isayama alerta que entidades empresariais como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já analisam o ingresso de mandados de segurança coletivos na Justiça para conseguir a liberação de cargas paradas no aeroporto.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp-Campinas) informou que "está monitorando a situação, mas, por enquanto, não temos nenhum fato nesse sentido".

"O acordo tem que ser cumprido. As partes têm que sentar, conversar e definir a questão para o bom desenvolvimento do País", afirmou o presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros. "O Sindasp não defende nenhum dos lados. Só tem interesse em um rápido desfecho", acrescentou.

Ele aponta que a operação padrão dos auditores da Receita, iniciada em dezembro passado, é mais um problema para as empresas importadoras/exportadoras, que enfrentam outras dificuldades desde 2020. Entre elas, estão a falta de insumos, como chips, alta do custo do frete e falta de contêineres para realizar as operações.

Isayama aponta que não há alternativa para evitar a operação padrão, pois a manifestação dos auditores fiscais é nacional e afeta todos os aeroportos e portos do País que atuam com comércio exterior.

Posição da categoria Os servidores da **Receita Federal** iniciaram a operação que afeta a liberação de produtos nas alfândegas em 24 de dezembro passado. Também conhecida como operação tartaruga, os auditores fazem uma fiscalização mais rigorosa de documentos e mercadorias, o que eleva o tempo para liberação de cargas destinadas à importação e exportação.

A manifestação começou após o presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciar, para este ano, a concessão de reajuste salarial para os agentes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça. Inclusive, o aumento foi incluído no Orçamento do governo federal de 2022.

Os auditores fiscais protestam contra o corte de metade do Orçamento da Receita em 2022, o que pode afetar o trabalho do órgão, e reivindicam a regulamentação do bônus de eficiência criado por meio da lei 13.464 de 2017. O fato de ficarem fora do reajuste anunciado pelo governo levou cerca de 1.400 servidores de todo o País a pedirem exoneração de seus cargos de chefia, de acordo com o Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**).

Em Campinas, foram publicados ontem no Diário Oficial da União as duas primeiras exonerações. Em Viracopos, atuam cerca de 100 auditores, dos quais 20 em cargos de chefia. "Praticamente todos pediram demissão", afirmou o diretor de Comunicação do Sindifisco Delegacia Campinas, Sérgio Tolentino.

Segundo ele, a operação padrão não tem prazo para terminar. O sindicalista aponta que a entidade, o Ministério da Economia e a Secretaria da **Receita Federal** estão em negociação, mas não há um acordo previsto. "A operação padrão vai ser mantida até uma resposta para o nosso pleito", disse Tolentino.

Tolentino afirma que o corte de 50% no Orçamento da Receita pode provocar o colapso dos serviços do órgão já a partir de maio ou junho. A redução afeta até

mesmo verbas de custeio, como aluguel de prédio e para a realização de serviços de fiscalização.

O bônus de eficiência foi implantado em 2017 como alternativa ao aumento de salário da categoria. O funcionário público do Poder Executivo está sem reajuste salarial desde 2016. Porém, explica o diretor do Sindifisco, a lei 13.464 precisa ser regulamentada por decreto, o que não foi feito até hoje.

Dessa forma, é pago um valor fixo para os auditores fiscais, e não um valor calculado com base em seu desempenho como prevê a lei que criou o bônus.

Entidades empresariais ameaçam ir à Justiça para receber produtos

"Praticamente todos os auditores que ocupavam cargos de chefia no Aeroporto de Viracopos pediram demissão" SÉRGIO TOLENTINO Diretor de Comunicação do Sindifisco

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2022-02-01>

Subprocurador recua e pede que TCU archive apuração contra Sérgio Moro



Furtado propôs representação que apura conflito de interesse no contrato entre Moro e consultoria

RAYSSA MOTTA

Depois de pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) para investigar a contratação do ex-juiz Sérgio Moro - atualmente pré-candidato do Podemos à Presidência da República -, pela consultoria americana Alvarez Marsal, o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado recuou ontem e defendeu o arquivamento do caso.

O parecer de Furtado foi enviado ao gabinete do ministro Bruno Dantas, relator do inquérito no TCU. O documento diz que a apuração perdeu a finalidade depois que Moro divulgou a remuneração e abriu documentos relacionados ao contrato. Em transmissão ao vivo nas redes sociais na última sexta, 28, o ex-juiz afirmou que recebeu R\$ 3,65 milhões por 11 meses de trabalho. Moro disse também que recebeu salário de US\$ 45 mil pelos serviços à consultoria (mais informações nesta página).

RECEITA.

No documento, Furtado sugere o envio das conclusões à **Receita Federal**, órgão que detém competência para abrir investigações nas áreas financeira e tributária.

"Diante dos novos elementos carregados aos autos em epígrafe, a título de racionalização administrativa e economia processual e considerando que compete a Vossa Excelência presidir a instrução do referido processo; venho solicitar que Sua Excelência proceda o arquivamento do referido processo com base nos artigos 169, 212 e 213 do Regimento Interno do TCU devendo as conclusões e elementos processuais que não estiverem sob chancela do sigilo serem encaminhados à **Receita Federal**", diz um trecho do pedido assinado por Furtado.

Contratado para atuar na área de "Disputas e Investigações", que presta assistência no desenvolvimento de políticas antifraude e corrupção, Moro passou 11 meses na companhia, entre dezembro de 2020 e novembro de 2021, intervalo entre sua saída do Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro (PL) e a filiação ao Podemos com intenção de disputar as eleições deste ano.

CONFLITO.

A contratação passou a ser investigada pelo TCU sob suspeita de conflito de interesses, embora Moro já não exercesse nenhum cargo público.

Isso porque a Alvarez Marsal empresa é responsável por administrar a recuperação judicial de empreiteiras investigadas na Lava Jato, incluindo a Odebrecht. Na condição de juiz, Moro autorizou acordos de leniência e delações premiadas que beneficiaram a construtora, seus sócios e executivos.

Como contratado da consultoria, não teve participação no setor, segundo os termos do contrato.

A Alvarez Marsal divulgou nota na qual enfatizou que Moro não atuou junto às empresas investigadas na força-tarefa que são atendidas pela empresa.

Após a abertura da investigação, Moro se disse perseguido pelo TCU, acusando a Corte de contas de abuso de autoridade.

O ex-juiz afirmou também que era alvo de um processo com interesses políticos.

Contrato Moro trabalhou na Alvarez Marsal entre dezembro de 2020 e novembro de 2021

Para lembrar

Em live, divulgação de valores e ataques a rivais

Ganhos

Na semana passada, Sérgio Moro declarou durante live que recebeu um salário mensal de US\$ 45 mil (R\$ 241 mil) da consultoria Alvarez Marsal, entre

novembro de 2020 e novembro de 2021.

A remuneração do ex-juiz no período de um ano totalizou R\$ 3,65 milhões, incluindo um bônus.

"Desafio"

Na ocasião, o presidenciável e ex-juiz da Lava Jato desafiou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a revelar quanto ganhou em palestras e ironizou a compra de uma casa de alto padrão pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em Brasília, por R\$ 6 milhões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro não cometeu crime de prevaricação no caso Covaxin, conclui PF

Marcelo Rocha

A Polícia Federal concluiu que não foi identificado crime de prevaricação do presidente Jair Bolsonaro (PL) no caso da compra da Covaxin, vacina indiana contra a Covid-19.

Em relatório enviado nesta segunda-feira (31) à ministra Rosa Weber, relatora do inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal), a corporação afirmou que a apuração não demonstrou de forma material a ocorrência de conduta criminosa. O inquérito tem mais de 2.000 páginas.

A PF ainda informou que avaliou desnecessário interrogar Bolsonaro no caso, por não haver repercussão penal.

De posse do relatório, a ministra consultará a PGR (Procuradoria-Geral da República), comandada por Augusto Aras, sobre o destino da apuração.

A hipótese mais provável é que a PGR defenda o arquivamento. Outras possibilidades seriam a realização de novas diligências ou mesmo a apresentação de denúncia ao Supremo. Para a corte processar criminalmente o presidente, no entanto, a Câmara dos Deputados tem que autorizar.

Uma das principais suspeitas contra o governo Bolsonaro até aqui, o caso Covaxin se tornou centro da CPI da Covid no Senado, inflamou protestos pelo impeachment do presidente e expôs uma série de contradições no discurso bolsonarista. Apesar de suas falas contra a corrupção, não há indícios de que o presidente tenha acionado órgãos de controle diante das suspeitas no contrato da Covaxin.

A suspeita de prevaricação foi atribuída a Bolsonaro pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF) e o seu irmão, o servidor Luis Ricardo Miranda. Em depoimento, o deputado afirmou ter alertado o presidente sobre supostas irregularidades na compra de 20 milhões de doses da Covaxin, negociada com a intermediação da Precisa Medicamentos.

O encontro presencial, segundo o congressista, teria ocorrido em 20 de março, e Bolsonaro teria ligado o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), às supostas irregularidades.

Luis Ricardo, que era chefe da divisão de importação da Saúde, relatou ao MPF (Ministério Público Federal) ter sofrido pressão incomum para assinar o contrato para a compra da vacina. Esse depoimento foi revelado pela Folha.

O relatório da PF enviado nesta segunda foi assinado pelo delegado William Tito Schuman Marinho. O policial atua no setor encarregado de inquéritos nos tribunais superiores.

Marinho afirmou que, "ausente o dever funcional do presidente da República Jair Messias Bolsonaro de comunicar eventuais irregularidades de que tenha tido conhecimento -e das quais não faça parte como coautor ou participe- aos órgãos de investigação [...] ou de fiscalização, não está presente o ato de ofício" que poderia caracterizar o crime.

De acordo com o policial, "juridicamente, não é dever funcional (leia-se: legal), decorrente de regra de competência do cargo, a prática de ato de ofício de comunicação de irregularidades pelo presidente da República". Assim, conclui o delegado, ainda que o presidente não tenha agido, não se pode lhe imputar o crime de prevaricação no contexto dos fatos analisados.

Ele frisou que, embora a PF não tenha sido acionada pelo presidente antes de os fatos se tomarem públicos, o inquérito reuniu declarações e documentos produzidos por agentes e órgãos públicos, entre eles o TCU (Tribunal de Contas da União), que indicam ter havido "acompanhamento contemporâneo" das negociações para a formalização do contrato.

A apuração foi instaurada em julho do ano passado a pedido da PGR, após pressão de Rosa Weber. Inicialmente a Procuradoria havia pedido para aguardar o fim da CPI da Covid para se manifestar sobre a necessidade ou não de investigar a atuação do chefe do Executivo.

Três meses depois da data em que os irmãos Miranda teriam alertado Bolsonaro, o Ministério da Saúde decidiu suspender o contrato com a Precisa Medicamentos.

A cúpula da CPI da Covid reagiu às conclusões do

relatório. O vice-presidente da comissão, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que vai apresentar requerimento para convocar o ministro da Justiça, Anderson Torres. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), que foi relator da CPI, disse que o delegado Marinho "subverteu a lei ao afirmar que não é dever funcional do presidente comunicar crimes".

A prevaricação é um crime contra a administração pública que acontece quando o agente público deixa de agir da maneira que se espera dele e no qual é obtida alguma espécie de favorecimento.

O Código Penal especifica da seguinte maneira: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal".

O ato de ofício é aquele que se espera que o servidor faça independentemente de um pedido. Governantes, como o presidente da República, são funcionários públicos.

A legislação estabelece pena de detenção de três meses a um ano, além de multa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

Dívida cai, mas contas são ruins - PANORAMA ECONÔMICO

PANORAMA ECONÔMICO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo ressuscita debate sobre fim do IPI

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129

Pessimismo para 2022

Apesar do dado positivo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2021, da criação de 2,73 milhões de vagas de emprego formal, analistas alertam que há pouco o que comemorar em relação ao mercado de trabalho ao longo de 2022, porque o desemprego no país continuará elevado e acima dos 11,6% contabilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no trimestre encerrado em novembro.

As incertezas de um ano eleitoral e a perspectiva de pouco crescimento da economia ou mesmo nenhum neste ano, não deixarão saldos positivos do tamanho do registrado no ano passado. Após a queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2020, a mediana das estimativas do mercado é de uma expansão de 4,5%, em 2021, e uma desaceleração para 0,3%, neste ano. "Quando o **PIB** não cresce não há como haver aumento de emprego", resume o economista Carlos Alberto Ramos, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas do Grupo Mongeral Aegon (MAG), também não se mostra muito otimista. Ele lembra que, com as expectativas do **PIB** e da taxa básica de juros (Selic) em 11,75% para o fim de 2022, indicam um "cenário macroeconômico muito menos favorável do que o observado no ano passado". "Dessa forma, esperamos a criação líquida de 1,5 milhão de empregos no Caged e taxa de desemprego de 12,4% em 2022, especialmente porque a quantidade de pessoas buscando emprego ainda é menor do que antes da pandemia", explica.

Lima ressalta que, tanto o IBGE quanto o Caged apontam para queda no rendimento real, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores, que têm reajustes abaixo da **inflação**. "Embora a **inflação** esperada para 2022 esteja abaixo da realizada em 2021, a expectativa é que feche o ano acima da meta, continuando a corroer o rendimento real e consequentemente a massa salarial", alerta. (RH)

Combustíveis na pauta do Congresso

Após desistir de apresentar uma PEC dos Combustíveis, o presidente da República, Jair Bolsonaro, atribuiu ao Congresso a responsabilidade de baixar o preço do gás e do diesel. "O Parlamento deve apresentar uma proposta permitindo os governos federal e estaduais a diminuir ou até zerar **impostos** sobre o diesel e o gás de cozinha", disse. Ele ainda afirmou que se isso ocorrer, o governo federal irá zerar

o PIS/Cofins sobre o diesel. Uma reunião de líderes para tratar do assunto está prevista para ocorrer quinta-feira, no Senado.

Setor elétrico é sócio da desigualdade (Artigo)

Paulo Ludmer

Há décadas constato no setor elétrico brasileiro as mesmas pessoas declarando as mesmas coisas para as mesmas platéias. A maior presença de mulheres e de jovens renovou quadros, mas não discursos.

Nos anos 1970, havia uma voz dos ofertantes (ABCE, Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica), quase 100% estatal, e nenhuma de consumidores. Em 1984, surgiu a Abrace (os grandes consumidores), até que, nos anos 1990, privatizada a Light (RJ) e a Escelsa (Espírito Santo), o antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica dá lugar a uma Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A raposa pararia de cuidar do galinheiro.

A Aneel, com liberdade, deveria cumprir as políticas dos representantes eleitos pelas urnas, sem legislar, mas sim mediando, normatizando e fiscalizando - independentemente do governo de plantão. Mas o Palácio do Planalto veio capturando espaços e decisões.

Neste século, multiplicaram-se as vozes (entidades de classe) da oferta e dobraram as de consumidores. Estes se encontraram em desvantagem porque a imprensa deu igualdade em tempo e espaço para todos. A voz influente da oferta engrossou, em detrimento do usuário. Os lobbies pulverizados falhavam ante o Poder Executivo e o Congresso.

Dos males, não foi o pior. As políticas públicas abandonaram o primado da sociedade - descartou-se a redução da desigualdade social, a preservação do meio ambiente e a qualidade da governança.

O Poder Executivo e os legisladores, operando no modelo toma lá dá cá, priorizaram: 1 - sua permanência no poder pela captura de votos e pelas posições de influências, bonomias e interesses; 2 - a relação simbiótica com os capitais do setor para resguardar sua operação lucrativa; e 3 - as decisões com saldo líquido concentrador de renda para alguns eleitos, distribuindo subsídios, incentivos, empréstimos, renúncias fiscais e que tais. Isso sacrificou os consumidores e contribuintes com o ônus e os riscos das escolhas (aparentando benevolência no curto prazo sobre boletos de cobrança no longo prazo).

Travam-se batalhas por essas práticas como dinheiro público. Há agentes que não se encabulam de propor aos legisladores, aos executivos do governo, que o lixo de suas adversidades seja varrido para debaixo do tapete dos outros -ou para os erários do Estado.

O preço final da energia elétrica aqui é inescrupuloso, num território farto em fontes, mormente a água. Menos da metade da arrecadação das faturas pelo serviço remunera quem produz e traz a energia até os domicílios. Há encargos, **impostos** e cruzamentos de cálculos malignos numa economia a se inserir no mapa global. O setor precisa ser repensado por altruístas interessados em servir à nação diante da gravidade mórbida do aumento da desigualdade social.

Urge uma reformulação cirúrgica, nem de esquerda, nem de direita, apenas amante do Brasil. Ai de nós se continuarmos nas mãos de quem estamos nos dias que correm.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

Bolsonaro joga para Congresso decisão sobre combustíveis



Nicola Pamplona

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou nesta segunda-feira (31) que o governo desistiu de enviar ao Congresso uma PEC (proposta de emenda constitucional) para reduzir os **impostos** sobre os combustíveis. A solução, disse ele, deve vir do próprio Legislativo.

O governo já vinha desidratando a proposta desde sua apresentação inicial, há duas semanas, principalmente por resistências internas. Primeiro, desistiu da criação de um fundo para estabilizar os preços, depois, limitou os benefícios da PEC ao diesel.

Agora, disse Bolsonaro, "o Parlamento deve apresentar uma proposta permitindo os governos federal e estaduais a diminuir ou até zerar **impostos** sobre o diesel e o gás de cozinha". Se o Congresso der essa opção, completou, o governo zera o PIS/Cofins sobre o diesel.

O imposto custa hoje R\$ 0,33 por litro ao consumidor. O governo federal já havia zerado a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre o diesel em 2018. Se zera o PIS/Cofins, deixa de arrecadar com a venda do combustível.

Bolsonaro zerou os **impostos** federais sobre o gás de botijão em 2020, então uma PEC do Congresso não teria efeito sobre a arrecadação federal. Seria uma maneira de pressionar os estados a abrir mão de receita.

Em dois eventos no Rio, Bolsonaro jogou sobre os governos petistas responsabilidade pelos altos preços dos combustíveis, afirmando que a política comercial da Petrobras tem o objetivo de reduzir o elevado endividamento deixado na empresa por gestões anteriores.

"Alguns acham que não pode ficar pior, gasolina a R\$ 7, diesel acima de R\$ 5, energia..." comentou o presidente, dizendo que a situação no Brasil é mais confortável do que em outros países, como os europeus.

"Alguém acha que, se o bandido voltar para cá, vai voltar a gasolina para R\$ 3? Ele já fez no passado, o que elevou o endividamento de vocês", afirmou, dirigindo-se a uma plateia formada por empregados da Petrobras pela manhã.

A escalada dos preços dos combustíveis gera grande preocupação no governo às vésperas da disputa pela reeleição de Bolsonaro. Na semana passada, o litro da gasolina ultrapassou o valor simbólico de R\$ 8 em Angra dos Reis (SP).

Na média nacional, o valor é menor, R\$ 6,664, mas permanece nos maiores patamares da história, pressionada pela recuperação das cotações internacionais do petróleo e pelo real desvalorizado.

Para especialistas no mercado, a tendência é de novos aumentos, já que a defasagem em relação às cotações internacionais continua alta, mesmo com o dólar apresentando sinais de queda.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

BB empresta R\$ 775 milhões a entes federativos sem garantia

Idiana Tomazelli

O Banco do Brasil emprestou no ano passado R\$ 775 milhões a estados e municípios em 161 operações sem nenhuma garantia para caso de inadimplência.

Caso o governo beneficiado deixe de pagar as parcelas, a instituição financeira não poderá recorrer à União (como ocorre em operações com garantia do Tesouro).

As operações foram localizadas pela Folha em base de dados do Banco Central. A própria autoridade monetária confirmou à reportagem que o tipo de registro usado para classificar os contratos sinaliza a ausência de qualquer garantia material vinculada ao financiamento.

Para compensar eventual prejuízo, o banco se fia em uma autorização contratual para debitar os valores das parcelas diretamente das contas dos entes que contrataram o financiamento.

O aval também é consignado na legislação local (municipal ou estadual) e dispensa a emissão de nota de empenho -ou seja, o banco não precisa de nova anuência do governante para descontar os valores das prestações.

A Constituição proíbe a vinculação de **impostos** a despesas específicas, exceto em contratos de garantia ou contra-garantia com a União.

Na avaliação de ex-integrantes da equipe econômica, ouvidos reservadamente pela reportagem, o formato da operação do Banco do Brasil pode representar um dribble à vedação, pois desconto acaba recaindo sobre eventuais receitas de ICMS (estadual) e ISS (municipal) depositadas naquela conta.

Técnicos do atual governo também veem com estranheza o arranjo adotado pelo banco e afirmam que a solução é arriscada, pois pode ser interpretada como um dribble às vedações impostas pela Constituição.

Interlocutores da instituição, porém, afirmam que há conforto do ponto de vista jurídico com o desenho adotado.

O Banco do Brasil tem preferência por esse modelo, em vez de atrelar as prestações diretamente a repasses realizados por meio do FPE (Fundo de Participação dos Estados) ou do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) -modelo adotado pela Caixa.

Em 2018, a AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu um parecer vinculante permitindo que os bancos federais aceitem recursos de FPE e FPM como garantia, após integrantes do governo questionarem a regularidade da operação.

Os fundos são veículo de repasse de receitas de **impostos** federais aos governos regionais, o que, no entendimento de técnicos do governo, tomava a garantia ilegal. Em meio à polêmica, a Caixa chegou a suspender esse tipo de operação, que enfrentava resistências dentro do próprio banco.

A AGU (Advocacia-Geral da União) entrou em campo e emitiu um parecer vinculante afirmando que as receitas dos fundos são transferências e, portanto, mudam de natureza. Se não eram **impostos**, a garantia seria legal.

A Caixa é a principal usuária desse expediente. Em 2021, foram concedidos R\$ 5,4 bilhões a estados e municípios tendo a arrecadação de FPE e FPM como garantia imediata.

Segundo a AGU, o parecer permitiu aos governos regionais oferecer essa garantia a todas as instituições financeiras federais -o que inclui o Banco do Brasil. O banco pode ou não aceitar a oferta.

Dentro do BB, no entanto, a avaliação é que não há segurança jurídica para vincular diretamente os fundos de participação como garantias de empréstimos, mesmo com o parecer da AGU.

A ausência de qualquer garantia formalizada no contrato chama a atenção de integrantes do governo, pelo risco representado para a instituição financeira e pelo ônus para quem contrata a operação.

Para compensar o risco, os estados e os municípios que contratam esses créditos aceitaram pagar taxas de juros que variam de 159,4% a 3230% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, uma aplicação

com rendimento próximo à taxa Selic, hoje em 9,25% ao ano).

Isso significa que os governos podem precisar bancar taxas próximas a 20% ao ano para obter o crédito.

Os percentuais são considerados elevados. Na avaliação de técnicos que já atuaram na análise desse tipo de operação dentro do governo federal, é como se a instituição não tivesse interesse em financiar quem pediu o crédito e, por isso, subiu o sarrafo dos juros.

O perigo nessas situações, segundo esses técnicos, é que o dinheiro é liberado a curto prazo, enquanto os pagamentos são feitos ao longo de vários anos, não raro uma década. Gestores da ocasião podem se sentir compelidos a aceitar custos elevados porque não terão de pagar a fatura.

Nesse contexto, o custo dos financiamentos pode criar uma bola de neve para futuras administrações nesses municípios ou estados.

Em 2020, o volume dos empréstimos do Banco do Brasil a estados e municípios sem nenhuma garantia era menor, de R\$ 298,2 milhões. Não há registro de contratos nesse formato em 2019.

Procurado, o BB informou que realiza essa modalidade de operação desde 2009, mediante a observação de "critérios técnicos".

"Nessas operações, o BB conta com metodologia própria para avaliação do crédito e capacidade de pagamento de estados e municípios", afirmou.

"Esses financiamentos são lastreados pelo fluxo de caixa futuro do ente público que transita pelo banco, estrutura que garante a sustentabilidade da carteira, cuja inadimplência atual é zero", disse a instituição financeira.

Em 2018, após a polêmica envolvendo a Caixa, o Banco Central endureceu as regras de alocação de capital nos empréstimos a estados e municípios sem garantia da União.

Na prática, a medida do BC exige que os bancos travem uma fatia maior de seu capital próprio sempre que quiserem emprestar nessa modalidade. Isso tem um custo para a instituição, pois ela perde a oportunidade de alavancar volumes maiores de crédito. A mudança foi feita considerando o maior risco das operações sem garantia.

A Folha questionou o BC sobre as operações do Banco do Brasil, mas a autoridade monetária não quis comentar.

O Tesouro informou que questionamentos sobre relações comerciais e garantias "devem ser direcionadas diretamente às instituições financeiras credoras das referidas operações de crédito". O BB disse seguir as regras do Banco Central.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

Banco do Brasil empresta milhões a estados e municípios sem cobrar garantia em caso de inadimplência

Valor das operações sem garantia, em R\$ milhões



Ranking de beneficiados por operações sem garantia do BB

Em 2021, por lugar e partido do prefeito/ governador



Fontes: Banco Central e Confederação Nacional dos Municípios

PF mira identificação de patrimônio oculto de grandes devedores da União

Marcelo Rocha

A Polícia Federal traçou como uma de suas prioridades investigações para identificar patrimônio oculto de grandes devedores da União. A investida é fruto de uma estratégia focada em definir os principais crimes e alvos a serem perseguidos.

A dívida ativa com a União é hoje superior a R\$ 2,6 trilhões. Em 2021, o governo federal divulgou a estimativa de recuperar cerca de R\$ 485 bilhões nos próximos 15 anos.

A ideia da corporação é, em parceria com outros órgãos, rastrear indícios de blindagem patrimonial: o uso ilícito de uma estrutura para proteger patrimônios.

Dentro da lei, empresas ou pessoas físicas podem lançar mão de mecanismos para proteger bens e direitos de eventuais riscos futuros. Uma estrutura que separe o patrimônio dos proprietários é um exemplo muito comum.

A ferramenta, porém, se torna ilegal se usada para fraudar credores ou impedir o pagamento de obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas. Uma forma de blindagem patrimonial, termo usado pelos investigadores, é a abertura de CNPJs paralelos, com sócios aparentes, para receber bens e valores de empresas devedoras.

Os crimes fazendários são responsabilidade de área vinculada à Dicor (Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção).

Caso relevante de abordagem nessa seara, apontou à Folha um integrante do comando da PF, foi a ação que mirou grupo empresarial de Pernambuco acusado de dever mais de R\$ 8,6 bilhões em **tributos** aos cofres públicos, além de R\$ 55 milhões em passivos trabalhistas.

A Operação Background, deflagrada em 2021 contra o Grupo João Santos, é considerada pela cúpula da corporação um modelo a ser reproduzido em todo o país.

O trabalho, diz a PF, resultou na apreensão e sequestro de bens e valores que somados superaram R\$ 1 bilhão.

A pesquisa levantou 216 imóveis e 1.300 automóveis vinculados aos investigados. Carros de luxo, embarcações, obras de arte, joias e relógios foram apreendidos.

O advogado Taney Farias, responsável pela defesa do Grupo João Santos, afirmou que as empresas investigadas negociam com a União uma solução para o passivo fiscal federal e que tal providência já vinha sendo tomada antes mesmo da ação policial.

"Tanto que, de 2018 a 2021, mais de R\$ 300 milhões foram pagos só de [obrigações] trabalhistas", afirmou Farias, em nota enviada à reportagem.

De acordo com ele, os diretores das empresas investigadas estranharam a deflagração da operação sem pedido de esclarecimento anterior e que, desde então, a posição do grupo tem sido a de demonstrar a inexistência de crimes com a juntada de documentos e depoimentos.

Relatório inédito da apuração obtido pela Folha mostra como os policiais destrincharam o emaranhado de conexões societárias criado, segundo eles, para esconder imóveis e dinheiro do conglomerado pernambucano e de seus sócios.

Dono da Cimento Nassau e que chegou a englobar quase 50 empresas, o grupo foi alvo de mandados de busca e apreensão em Pernambuco, São Paulo, Amazonas e no Distrito Federal.

APGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) atuou em parceria com a polícia e levantou suspeitas de que o grupo estaria por trás de irregularidades para escapar do fisco.

A Divisão de Acompanhamento de Grandes Devedores da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional em Pernambuco apontou indícios de fraudes à execução de dívidas e "circulação milionária de recursos financeiros entre empresas da rede societária sem justificativa econômica".

De acordo com o relatório policial, o grupo e seus responsáveis praticaram crimes de apropriação indébita tributária, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e fraudes a execuções trabalhistas, "tudo isso de

forma estruturada e com divisão de tarefas (organização criminosa)".

Em 2017, com os negócios em declínio e após perder uma causa trabalhista, segundo os autos da apuração, alguns bens do grupo foram bloqueados pela Justiça e leiloados. Porém, não em valor suficiente para a quitação integral de dívidas com funcionários.

A partir de então, afirmaram os policiais, os sócios promoveram o esvaziamento patrimonial para escapar das obrigações não só trabalhistas, mas também com o fisco, bancos e fornecedores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

Apesar de recuo, taxa de desemprego continua alta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Superávit do setor público desaponta em dezembro

Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129

Vacinação permite geração de empregos

ROSANA HESSEL

O governo registrou a criação de 2,73 milhões de empregos com carteira assinada no ano passado, após uma série de revisões dos dados de 2020, que ficaram negativos. Esse saldo positivo foi resultado da diferença entre 20.699.802 admissões e 17.969.205 demissões ocorridas ao longo de 2021, conforme os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados, ontem, pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Em 2020, após a última atualização da pasta, o saldo negativo ficou em 191.455. As regiões Sudeste e Sul foram as que mais criaram emprego no ano passado, e o estoque de vagas somou 41,2 milhões em dezembro. Já o número de pedidos de seguro-desemprego, que possuem defasagem de 120 dias, somaram 481.481 no último mês de 2021, dado 6,1% abaixo do registrado em novembro.

Na avaliação do ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, os dados positivos de 2021 refletem a recuperação da economia no ano passado após o tombo do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2020, devido à pandemia da covid-19. Apesar das confusões do governo em relação à vacinação infantil, Lorenzoni reconheceu que o avanço da imunização no país teve uma importante contribuição para o saldo positivo na geração de emprego formal. "O Brasil bateu qualquer país europeu e os Estados Unidos, em termos de vacinação, e ela foi importantíssima para a retomada da economia e para a geração de novos empregos de carteira assinada no Brasil", disse o ministro, ao comentar os dados do Caged, citando os cerca de 150 milhões de brasileiros vacinados no país.

Desaceleração

Apesar do volume de novas vagas em 2021 ser expressivo, analistas alertam para a desaceleração na economia e no mercado de trabalho daqui para frente. Apenas em dezembro, que costuma ser negativo, foram fechados 265.811 postos de trabalho - número acima do esperado pelo mercado. No mês anterior, conforme os dados revisados, o saldo era positivo em 300.182 postos. Já o salário médio das contratações encolheu para R\$ 1.793,34, dado 6,1% abaixo do registrado no último mês de 2020. Vale lembrar que esse dado está abaixo da média salarial real computada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de R\$ 2.444, no trimestre encerrado em novembro - o menor patamar da série

histórica iniciada em 2012.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Daniel Duque reconhece que a criação de vagas no mercado formal em 2021 é bastante positiva. Mas, mensalmente, os números do Caged são atualizados para baixo - e esse dado poderá não ser tão substancial ao longo do ano. "O número mostra recuperação do mercado de trabalho, mas temos que levar em consideração que, em 2020, o governo divulgou um número positivo que, depois, ficou negativo", observa o analista.

"Houve crescimento da economia em 2021, e o efeito estatístico ocorreu sobre uma base deprimida. Mas já começamos a ver que, como há desaceleração na economia em 2022, os dados do Caged já registraram recuo em dezembro acima das expectativas", alerta Daniel Duque. Segundo ele, as estimativas do Ibre previam o fechamento de 150 mil de vagas em dezembro. Para 2022, o instituto indica taxas de desemprego de dois dígitos e mais perdas do poder de compra do trabalhador.

O economista Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas do Grupo Mongeral Aegon (MAG), lembra que os dados do Caged, embora positivos, refletem uma análise parcial do mercado de trabalho, pois os trabalhadores com carteira assinada representam cerca de 40% da população total ocupada, que atualmente soma 95 milhões de pessoas. "Os dados do IBGE e do Caged corroboram para a percepção de melhora gradual do emprego no final de 2021, especialmente por conta da recuperação da atividade econômica, que deve fechar em 4,5%. Mas, para 2022, por conta da desaceleração da economia, o desemprego (atualmente em 11,6%), deverá aumentar", destaca.

Leve melhora

Em 2021, o Brasil registrou a criação de 2,73 milhões de vagas de empregos formais, em grande parte, devido ao avanço da vacinação e ao BEM, mas a remuneração média encolheu e analistas veem poucas chances de melhora no desemprego em 2022

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL



*novo dado revisado

41,2 milhões

estoque de vagas de emprego no mercado formal em 2021

265.811

volume de vagas fechadas em dezembro de 2021, acima das previsões do mercado

R\$ 1.793,34

salário médio mensal de admissão em dezembro de 2021, dado 6,1% inferior ao registrado no mesmo mês de 2020

0,3%

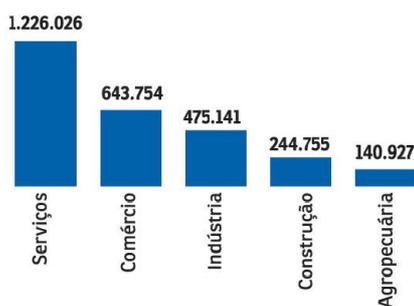
mediana das projeções de crescimento do PIB de 2022

11% a 12%

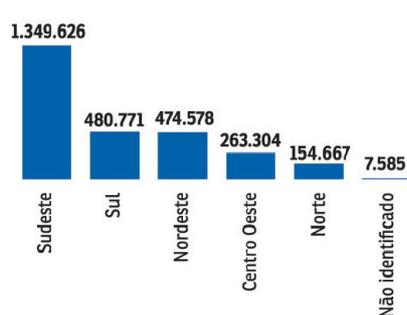
previsão para a taxa de desemprego ao longo deste ano

PRINCIPAIS DESTAQUES

Saldo acumulado por setor — Em número de vagas



Saldo acumulado por região — Em número de vagas



BENEFÍCIO EMERGENCIAL (BEM)

Graças ao programa, mais de 10,5 milhões de trabalhadores tiveram seus respectivos empregos preservados, dos quais quase 2,6 milhões em 2021

Indicadores	BEm 2020	BEm 2021	Total*
Quantidade de trabalhadores	9.849.113	2.593.980	10.555.693
Quantidade de vínculos	10.281.541	2.628.612	11.115.189
Quantidade de acordos	20.120.280	3.275.842	23.396.122
Quantidade de empregadores	1.464.730	634.525	1.565.134
Valores previstos (Em R\$ bilhões)	34,22	7,00	41,22
Valores pagos (Em R\$ bilhões)	34,17	6,98	41,15

*Período: 1º de abril de 2020 a 26 de agosto de 2021./Quantidade total de trabalhadores, vínculos e empregadores considera apenas valores únicos.

Observação O BEm 2020 esteve vigente de 01/04/2020 a 31/12/2020, enquanto o BEm 2021 de 28/04/2021 a 26/08/2021.

Fonte: Caged/Ministério do Trabalho e Previdência, Banco Central e especialistas



BC: queda na dívida pública

Depois de finalizar 2020 em 88,6% do **PIB** e chegar ao pico de 89% em fevereiro do ano passado, a dívida líquida do setor público seguiu uma trajetória de queda nos últimos meses e terminou 2021 em 80,3% do **PIB**. Esse é o menor percentual anual desde 2019, quando fechou aos 74,4%. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC). "Isso tem uma série de implicações positivas para a economia como um todo", avalia o assessor econômico William Baghdassarian. Mas ele alerta para outra causa que contribuiu para a queda da dívida pública: a **inflação**. Em 2021, ela ficou em 10,06%. (FS)

Projeções para IPCA de 2022 ficam mais distantes da meta

As projeções de economistas para a **inflação** tanto neste ano quanto no próximo aumentaram com força na mais recente pesquisa Focus, divulgada nesta segunda (31) pelo Banco Central, mas a perspectiva para a política de aperto dos juros seguiu inalterada.

O levantamento semanal apontou que as expectativas para a alta do IPCA, a **inflação** oficial, subiram para 3,38% em 2022 e 3,50% em 2023, saindo respectivamente de 5,15% e 3,40% na semana anterior.

Na última reunião do ano passado, o BC elevou a Selic, taxa básica de juros, a 9,25%, e volta a se reunir nesta terça (1º) e nesta quarta (2).

A perspectiva para este ano vai ainda mais além do teto da meta, cujo centro é de 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Para 2023, a projeção mediana está acima do centro do objetivo, de 3,25%.

Em 2021, a **inflação** fechou em 10,06%, puxada, sobretudo, pelos combustíveis. O etanol foi o item do IPCA que acumulou a maior alta no ano, de 62,23%. A gasolina subiu 47,49%; o óleo diesel, 46,04%.

O IPCA-15 de janeiro, divulgado na semana passada, indicou desaceleração no ritmo de alta, com elevação de 0,58%, mas ainda acumula expansão de 10,20% em 12 meses. Os preços foram puxados sobretudo por alimentos e bebidas, sendo que a **inflação** da comida é um dos focos de preocupação no começo do ano, pela estiagem que afeta lavouras no Sul e Centro-Oeste.

A piora das estimativas do Focus para 2022 também se dá na esteira do aumento da projeção para a alta dos preços administrados a 5,10% -antes, a projeção era de 4,74% antes. Para 2023, a estimativa para esses preços teve ajuste para baixo de 0,01 ponto percentual, para 3,98%.

Além do Focus, na semana passada o banco Credit Suisse elevou suas projeções de alta dos preços para "2022 também para acima do teto da meta, de 5%. A instituição agora projeta que o IPCA feche o ano com alta de 6,2% -ante estimativa anterior de 6,0%.

"Os riscos para nossa previsão permanecem

inclinados para cima, já que o processo de desinflação no país tem sido, historicamente, muito longo e desafiador", disse, em relatório, a economista-chefe do Credit Suisse no Brasil e colunista da Folha, Solange Srour.

A disparada de preços também é apontada pelo FMI como um fator de preocupação para a América Latina, se desdobrando em maior aperto da política monetária e menor crescimento.

Entre economistas, também há uma percepção de que a eleição de outubro deve dificultar o combate à **inflação**, já que as incertezas políticas e ruídos na área fiscal acabam por influenciar o câmbio.

Apesar da piora no cenário inflacionário, os especialistas consultados pelo Focus seguem vendo a Selic, a taxa básica de juros, a 11,75% ao fim deste ano e a 8,0% ao fim de 2023.

Para o **PIB**, a pesquisa mostrou que as estimativas são de crescimento de 0,30% neste ano e de 1,55% no próximo, respectivamente de 0,29% e 1,69% no levantamento anterior.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49808&anchor=6449382&pd=5d18c8e85f7186a03bce615750f7e96f>

Inflação mais forte

Projeção para o IPCA, em %



Fonte: Boletim Focus (Banco Central)

Retomada da América Latina perde fôlego, diz FMI

GABRIEL BUENO DA COSTA

O Fundo Monetário Internacional (FMI) alerta que a recuperação econômica da América Latina perde fôlego e a **inflação** continua elevada, o que, segundo o Fundo, é uma evidência de que são necessárias reformas para apoiar o quadro regional.

A avaliação está em um texto publicado ontem, no blog da entidade, e tem o ex-presidente do Banco Central (BC) brasileiro Ilan Goldfajn como um de seus signatários. "Os governos precisarão combinar a luta contra a **inflação** com políticas estruturais que reiniciem o crescimento", apontou a análise.

Desde janeiro, Goldfajn é diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI.

Ele assina o texto com Anna Ivanova, vice-chefe na divisão de estudos regionais do mesmo departamento, e Jorge Roldos, diretor-assistente do mesmo departamento.

CRESCIMENTO. O Fundo projeta que a América Latina e o Caribe cresçam 2,4% neste ano (em outubro, projetava alta de 3,1%) e 2,6% em 2023. Apenas para o Brasil, as projeções são de avanço de 0,3% e 1,6%, respectivamente.

A desaceleração ante o ano anterior era algo inevitável em 2022, com as economias retornando aos níveis pré-pandemia, disse o FMI. "Mas o rebaixamento reflete outros desafios, entre eles, um crescimento menor da China e dos Estados Unidos, problemas continuados na oferta, condições monetárias e financeiras mais apertadas e o surgimento da variante Ômicron", afirmou.

O trio também destacou a **inflação** em alta no ano passado.

"Em algumas das maiores economias na região (Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru), os preços subiram 8,3% em 2021 - o maior salto em 15 anos e maior do que em outros mercados emergentes", disse o FMI em sua análise.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Em 2023, vamos ter carro elétrico compartilhado"



TIÃO OLIVEIRA

Rodnei Bernardino trabalha no setor financeiro há 23 anos. O que pouca gente sabe é que um dos primeiros empregos do estatístico foi na Pirelli. Talvez isso ajude a explicar sua paixão por soluções de mobilidade, sobre as quais ele fala com entusiasmo.

Desde 2013 no comando da área de negócios de veículos do Itaú Unibanco, o executivo comemora o melhor resultado da história do banco na liberação de crédito para a compra de veículos. E falou ao Estadão sobre o projeto da bike Itaú, que deu origem ao Veículo Elétrico Compartilhado (VEC), e as perspectivas para o setor em 2022.

Que balanço o sr. faz dos negócios em 2021?

O ano passado foi muito especial para nós e a área de mobilidade.

Bem como para o setor de financiamento de veículos.

Investimos muito na operação de veículos, no VEC, em comunicação e na tag Itaú, entre outros produtos e serviços. De janeiro a setembro, colocamos no mercado R\$ 25 bilhões em créditos. A alta foi de 67% na comparação com o mesmo período de 2020. No terceiro trimestre, liberamos R\$ 10 bilhões em créditos para pessoas físicas e jurídicas - ou seja, houve

aumento de 44%. Foi o maior patamar da série histórica do banco. O mercado cresceu bem menos. Assim, ganhamos participação de mercado.

Isso mostra o quanto a gente acredita no segmento automotivo e na melhoria da oferta de transporte e mobilidade.

Nossa operação tem como propósito viabilizar o acesso às soluções de mobilidade. O Itaú Unibanco tem um compromisso muito claro com a sociedade para desenvolver a mobilidade urbana. Nossa história de atuação começou há 12 anos com a bike e vem crescendo. A WTW (plataforma de estreaming) e o Cubo Smart Mobility (aceleradora de startups) também mostram nossa crença nessa causa, que é um pilar importante de sustentabilidade.

Vamos continuar sendo um relevante agente do segmento.

A alta da oferta de crédito mostra que as pessoas querem comprar carros...

É muito interessante ver as pessoa procurando novas formas de mobilidade. Estão aí Uber, Cabify e 99, além do táxi e da bicicleta. Há um movimento forte no aluguel de longa e curta durações. Montadoras, locadoras e concessionárias estão investindo no segmento. Em grandes cidades, como São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte, a relação de carro por habitante é boa. Mas, no Brasil, há um espaço enorme para crescer. E, mesmo nas cidades populosas, a frota é antiga. Tem entre sete e oito anos no caso de veículos leves e varia de 15 a 20 anos nos pesados. Dos 12 milhões de veículos comercializados no País por ano, só 2 milhões são novos.

Estudamos muito o comportamento do consumidor, e ele é multimodal. Muita gente tem carro e também usa Uber e bike, por exemplo. Por causa da pandemia, quem pôde fugiu do transporte público e migrou para o individual. Mesmo havendo mais bicicletas, veículos compartilhados e de aluguel, a gente não vê sinais de canibalização do mercado do carro próprio.

E não há indícios de queda nos próximos anos. Quando a gente projeta para 20, 30 anos para frente, ainda haverá muito espaço. Por causa do potencial, duas grandes chinesas (BYD e GWM), por exemplo,

estão entrando no mercado brasileiro, que é o sétimo maior do mundo. O de usados é o terceiro maior. Quem quer viajar ou fazer um passeio de fim de semana pode usar o carro próprio.

Para trabalhar ou ir a um almoço de negócio, há soluções como o VEC (Veículo Elétrico Compartilhado) e a bike, por exemplo. E o uso dessas múltiplas opções de modais é uma característica muito forte do consumidor brasileiro.

Como está o veículo elétrico compartilhado?

É um orgulho fazer esse projeto.

Estamos aprendendo muito.

Vamos esperar um pouco mais para ter a experiência azeitada e ir para a rua. Ou seja, primeiro vamos para as empresas e depois, para o público em geral. O projeto atrasou porque percebemos que ainda há questões para resolver. Por exemplo, como abrir e fechar o carro quando você não está com o celular. Obviamente, o serviço é para ser utilizado por quem quer ir do ponto "A" ao "B". Porém, pode ser que o usuário queira parar no meio do caminho. O VEC também vai incentivar o uso do veículo elétrico, que ainda é muito caro.

Ou seja, vai permitir que mais pessoas utilizem esse tipo de carro, que é mais sustentável, confortável, seguro e silencioso.

Um aspecto interessante é que o projeto atraiu muito mais empresas do que a gente imaginava. As montadoras querem expor seus veículos.

Há locadoras e até supermercados e empresas do varejo.

Estamos conversando com redes de estacionamentos, porque podemos instalar as estações nesses locais, que são seguros e permitirão que o cliente tenha uma boa experiência.

Quando o veículo estará disponível para o público?

Neste ano, vamos focar as empresas.

Inclusive, a gente não imaginava que atrairia esse mercado. Começamos dentro do banco, com carros para os funcionários. Muitas empresas nos procuraram para oferecer também aos funcionários delas. Então, preferimos começar nesse segmento. A partir do início do segundo semestre você vai passar a ver bastante o VEC nas ruas. Acreditamos que em 2023 o mercado estará mais maduro e vamos poder lançar para o público.

Quais são as metas para 2022 e o que o sr. fará para alcançá-las?

O ano de 2022 será desafiador.

O banco soltou uma previsão de queda de -0,5% do **PIB**. Então, acreditamos que o financiamento de veículos deve andar de lado e crescer, no máximo, 1,5%. Não deverá haver aumento da massa salarial, e o desemprego está elevado, assim como a **inflação**. Além disso, as taxas de juros subiram. A inadimplência costuma crescer no começo do ano, mas não deve causar nenhuma crise. O dado preocupante é o grande endividamento da população.

Continuaremos atuando fortemente no financiamento de veículos e queremos ganhar participação.

Porém, vamos manter os pés no chão. Pode haver um solução aqui e ali, mas o setor não deverá sofrer nenhum tipo de problema sistêmico. Em 2021, foram liberados mais de R\$ 200 bilhões para financiamento de veículos no País. Há muito crédito disponível.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Captações externas caem pela metade em janeiro com cenário de juros nos EUA - COLUNA BROADCAST



ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNAN



A perspectiva mais próxima de elevação dos juros nos EUA azedou as captações externas de empresas brasileiras. Após o que se viu no quarto trimestre em 2021, os bancos esperavam entre 10 e 15 companhias emitindo no exterior, mas até agora só quatro fizeram isso - Bradesco, Banco do Brasil, TV Globo e Açúcar Petróleo - e algumas com taxas de juros mais salgadas. Janeiro é tradicionalmente um mês forte para colocação no exterior, mas neste ano o montante captado foi menos da metade do volume do mesmo mês do ano passado - US\$ 2 bilhões, ante US\$ 5,3 bilhões em janeiro de 2021. Em 2020, ainda antes da pandemia, em apenas uma semana de janeiro, companhias do Brasil captaram US\$ 3 bilhões lá fora.

Subsidiárias no exterior captaram

Houve duas emissões relacionadas ao Brasil, mas feitas por subsidiárias no exterior, com rating, inclusive, superior ao brasileiro. O Itaú BBA International estreou no mercado da Suíça, tomando US\$ 164 milhões.

E a JBS USA captou US\$ 1,5 bilhão, com papéis classificados como grau de investimento.

À espera de momento mais favorável

Segundo banqueiros de investimento, há algumas empresas brasileiras que estão com emissões externas já prontas, esperando um momento mais favorável.

Mas o que se desenha à frente é desafiador, com o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) sinalizando mais altas de juros este ano do que se esperava.

VOLÁTIL. Laszlo Lueska, gestor da Octante, destaca que a volatilidade no mercado externo está muito elevada, o que deixa os investidores sem tanto apetite para novas emissões.

Por isso, as empresas resolveram esperar por um melhor momento. Com as eleições prometendo mais volatilidade pela frente, as operações devem se concentrar neste primeiro semestre, diz ele.

I FRUSTRAÇÃO. Segundo o responsável pela área de emissão de dívida local e internacional do UBS BB, Samy Podlubny, há uma certa frustração pois havia expectativa de uma janela mais animada neste começo do ano. Ele observa que os juros longos americanos subiram de forma acentuada em janeiro, impactando as taxas pagas pelas empresas. A percepção de volatilidade no País contribui para elevar ainda mais a taxa dos emissores brasileiros.

I MUDOU. O título do Tesouro americano de 10 anos, por exemplo, estava na casa do 1,62% no primeiro dia útil do ano e agora supera 1,80%. Bancos como Wells Fargo, Deutsche Bank e Bank of America já veem ao menos cinco altas de juros em 2022 nos EUA.

I MAIS CARO. Nesse ambiente, emissores que captaram em 2021 com juros de 4%, observam que atualmente esse título é negociado a 5% ou mais no mercado secundário de dívida.

Se a empresa quer fazer uma emissão nova, tem que pagar desse valor para mais, ressalta Podlubny, o que desestimula novas ofertas.

I DESTAQUES. Mesmo nesse cenário mais difícil, algumas emissões se destacaram em janeiro.

O Bradesco fez sua primeira captação externa com perfil ESG (com compromissos sociais, ambientais e de governança).

O banco se comprometeu a usar os recursos da captação, de US\$ 500 milhões, para financiar projetos ambientais e sociais, em um título de dívida (bond) que é uma combinação de "green bond" e de "social bond".

I SOCIAL. O Banco do Brasil fez sua primeira emissão de um "social bond", em que se compromete a usar os dólares para empréstimos ao setor de educação, pequenos agricultores e empresas de menor porte. Os dois bancos tiveram demanda cerca de duas vezes a oferta.

I ESFRIOU. O ano de 2021 terminou mais fraco para o comércio do que 2020, de acordo com o birô de crédito Boa Vista.

O indicador antecedente de movimento no setor compilado pela empresa caiu 0,5% no ano passado, e nem as festas de fim de ano reverteram o quadro: em dezembro, o movimento no comércio foi 0,4% menor do que em novembro. Na comparação com dezembro de 2020, a queda foi de 4,8%.

I APERTO. A avaliação da Boa Vista é de que a **inflação** alta atrapalhou - com a renda comprometida pela alta de preços, o brasileiro ficou menos confiante para gastar. A alta dos juros, que encareceu o crédito, e o fim do auxílio emergencial também são vistos como possíveis causadores da queda no ano. Para 2022, a empresa acredita que os rumos para o varejo podem mudar se o mercado de trabalho engrenar uma recuperação mais sólida.

Sobe

Queda do dólar impulsiona companhias aéreas

As empresas aéreas e a CVC ganharam terreno ontem na Bolsa.

A Azul subiu 7,99%, seguida pela Gol (7,52%) e CVC (5,93%). "É muito em função da queda do dólar e também expectativa de início de redução da crise epidemiológica e de mortalidade lá", comenta Julia Monteiro, analista da MyCap. Para Vitor Miziara, da Criteria Investimentos, a alta refletiu "a falta de notícias ruins em relação à covid-19".

Desce

BRF tem queda às vésperas de nova oferta de ações

Os papéis da BRF tiveram perda de 2,28% ontem, entre as maiores do Ibovespa, às vésperas de sua oferta subsequente de ações. Segundo analistas, o investidor estava digerindo o aval do conselho da Marfrig para a empresa entrar no follow-on da BRF até o limite de sua participação no capital da companhia (31,66%). Os papéis da Marfrig caíram 0,40%. JBS recuou 2,69% e Minerva teve alta de 0,21%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juro em alta deve minguar oferta de crédito neste ano (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129

Dólar desce para R\$ 5,30, menor nível em 4 meses

Gabriel Roca, Marcelo Osakabe e Victor Rezende

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129?page=6§ion=3

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187129?page=6§ion=3